



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência Pública, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, estando presentes os Vereadores **ODAIR FOGUETEIRO** - Presidente, **UILIAN DA FARMÁCIA** - Vice-Presidente, **JUNIOR BRAVIN** - Membro, **SIDNEI TELLES** - Membro e **PASTOR SANDRO** - Membro. Além destes membros da Comissão, participaram do evento a Presidente desta Casa de Leis Majô Capdeboscq, os vereadores Mário Hossokawa, Ana Lúcia Rodrigues, William Gentil, Ângelo Salgueiro, Flávio Mantovani, Daniel Malvezzi, Giselli Bianchini, Akemi Nishimori, Lemuel do Salvando Vidas. A fim de dar início à Prestação de Contas referente ao 1º Quadrimestre de 2025, às 15 horas do dia 27 de maio de 2025, o Presidente Odair Fogueteiro cumprimentou a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ), em nome do senhor Carlos Augusto Ferreira, Secretário Municipal de Fazenda. Estavam presentes, ainda, os senhores Paulo Biazon, Secretário Municipal de Esportes e Lazer; Delegado Luiz Alves, Secretário Municipal de Segurança e de Mobilidade Urbana; Marco Aurélio da Silva, Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência; Tiago Valenciano, Secretário Municipal de Cultura; Edson Paliari, Presidente da Maringá Previdência. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento informou que a realização da presente Audiência Pública havia sido amplamente divulgada à comunidade, a fim de ensejar a todos os interessados a devida participação. Ele explicou que seria permitida a realização de perguntas pelos vereadores e, além do acompanhamento presencial, que também seria possível participar remotamente, por meio do canal do YouTube da Câmara Municipal de Maringá, com o envio de questões pertinentes ao tema desta Audiência. Em seguida, com a palavra, o senhor Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal Adriano Correia da Silva, cumprimentou o Presidente da CFO, a Presidente desta Casa, o Secretário Municipal de Fazenda, os demais vereadores, autoridades, servidores e participantes da Audiência. Assim, o Diretor passou a expor, em slides, os dados referentes a esta Audiência Pública, os quais estão disponíveis nos anexos denominados "Anexo Caderno Prestação de Contas 27/05/2025 (0391546)" e "Anexo Slides Prestação de Contas (0391548)", e podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo processo de nº 25.0.000006898-8. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no Site da Câmara Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Atividades Legislativas > Audiências Públicas > 019/2025 - Prestação de Contas do Município - 1º quadrimestre de 2025 - Comissão de Finanças e Orçamento (Link: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/audiencia/19>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no Site da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo mesmo caminho citado. Durante a apresentação de *slides*, o Secretário Municipal de Fazenda destacou que, na ocasião da prestação de contas do último quadrimestre de 2024, informara aos vereadores acerca de uma contingência de 80 milhões de reais realizada na primeira quinzena de janeiro. Isto ocorreu, segundo ele, por alguns motivos: a meta orçamentária era bastante elevada, concomitantemente a uma taxa de juros crescente e uma inflação resistente. Explicou, portanto, que a resultante dessa soma de elementos era a redução de consumo, assim como vêm demonstrando as receitas. Ter feito o resultado apresentado no quadrimestre está atribuído a uma melhoria de eficiência no processo de arrecadação e da cobrança de dívidas. O Secretário disse que a arrecadação convencional e repasses estão caminhando um pouco abaixo das linhas que precisariam ser atingidas. Informou que, então, a equipe implementou inteligência artificial no ITBI, com bons resultados utilizando a tecnologia e com velocidade para entrega para o contribuinte. Carlos Augusto Ferreira comentou que O IPTU, ao ficar abaixo do esperado, denota que, ainda com os descontos que foram dados, tanto em fevereiro quanto em março, o contribuinte não conseguira fazer frente, por conta de outras despesas como a volta às aulas. O IPVA, ainda com o

crescimento de frota, está menor no repasse, o que mostra também que o parcelamento está acontecendo. Segundo ele, isso não é nem um pouco diferente do que ocorreu com o ICMS e com o ISS. O Secretário também explicou que, quando os elementos ligados à produção apresentam uma arrecadação menor, significa que há uma dificuldade na atividade, seja ela comercial ou de serviços, um aumento na sonegação e um elemento de pressão de macroeconomia muito pesado sobre o município. Ele destacou que a gestão está muito satisfeita com a contingência realizada até o momento. Ele comentou que mesmo o governo federal vem tomando atitudes que o Município tomou no primeiro mês do ano, o que para ele, deixa claro que Maringá vem sendo preparada para ser semeada com um processo de eficiência que combaterá efetivamente a sonegação e entregará a arrecadação que é tão necessária à realização dos projetos de governo. A vereadora Ana Lúcia pediu a palavra para esclarecer uma dúvida, explicando que tinha consigo o relatório de prestação de contas e a apresentação de *slides*. Todavia, em relação a receitas próprias, na página 4 do relatório, na primeira coluna da previsão atualizada, não há correspondência de nenhum dos dados, exceto a totalização. Em resposta, o Secretário esclareceu que existe a diferença para enxergar o orçamento do quadrimestre sem intervenção de correção, porque é assim que a lei determina, à medida em que a projeção muda, é alterado o valor orçado. Assim, manteve-se o valor original, na versão que está sendo apresentada e não no caderno/relatório, para que ela ficasse em conformidade com a lei, e a outra versão ficou com a previsão atualizada, que é aquela que vem alimentada com o realizado, como determina a lei. Portanto, ele afirmou que os dados foram apresentados dessa forma para que, gerencialmente, fique mais fácil para que os vereadores enxergassem o que foi votado e o que vem sendo realizado. Mais à frente, ainda durante a apresentação, sobre o "Percentual aplicado em Educação", o senhor Secretário Municipal de Fazenda também comentou que acreditava ser extremamente oportuno trazer a esta Casa o plano de ação que ele pretende para fazer a correção do rumo. Caberia à Secretaria Municipal de Educação trazer o conforto aos vereadores para que entendessem que, ainda que esse indicador esteja fora do que deveria, ele precisa voltar para a linha, e a gestão tem caminhado para tal, segundo ele. A Presidente da Câmara Municipal demonstrou sua preocupação com relação ao percentual aplicado à educação. Sugeriu que a Comissão de Educação encaminhasse um ofício ao Secretário Municipal de Educação para que este apresentasse um plano de ação sobre isso. A vereadora Ana Lúcia Rodrigues e o vereador Sidnei Telles, membros da Comissão Extraordinária de Educação, comentaram sobre o tema. Sidnei Telles pontuou o baixo investimento na educação e os transtornos advindos disso. Se há um plano feito para mitigar a situação, o vereador informou que este seria solicitado. Ele comentou também que o percentual relacionado à Saúde está cumprido com os 15%, ainda que anteriormente, tal aplicação chegava a 20%. Após a exposição de algumas dúvidas dos vereadores acerca do entendimento do percentual aplicado à educação, o Secretário Municipal de Fazenda esclareceu que, a cada quadrimestre os indicadores têm que estar completos. Ou seja, significa que no próximo quadrimestre, além dos 25% do 2º quadrimestre, é necessário se recuperar a diferença do primeiro quadrimestre que não atingiu os 25% necessários. Assim, a Presidente desta Casa explicou que por isso sugeriu que seja encaminhado um ofício ao Secretário Municipal de Educação para que ele apresente um plano de trabalho para que a diferença do investimento em questão seja atingido. Segundo o senhor Carlos Augusto, para serem atingidos os 25% de aplicação em Educação, não faltaram recursos, e sim condições, quer seja de licitação, quer seja de execução, para consumir os recursos do quadrimestre. Portanto, nos dois próximos quadrimestres, é obrigação do Secretário fazer os 25% e recuperar a diferença do primeiro quadrimestre, segundo ele. Mário Hossokawa frisou a necessidade de que a Secretaria Municipal de Educação recupere nos outros dois quadrimestres o que deixou de investir no período atual. Flávio Mantovani perguntou se essa baixa porcentagem em questão pode se dever ao fato de que no primeiro quadrimestre há um maior volume de recursos, sendo difícil atingir os 25%. Em resposta, Carlos Augusto esclareceu que é imperativo que a gestão faça a provisão de acordo com o desempenho do orçamento. A previsibilidade e a forma da exequividade dos fatores cabe à pasta. Então, se forem aplicados 25% em cada quadrimestre e sobre o todo, é rigorosamente a mesma coisa, já que depende da flutuação da receita, segundo ele. O Secretário Municipal de Fazenda explicou que a medição intermediária dos indicadores anuais é realizada porque as consequências são muito graves e é preciso planejar as ações para a correção. Odair Fogueteiro comentou que o Secretário Municipal de Educação informara que estava com dificuldades na licitação para as compras dos uniformes e material escolar, o que pode ter causado o baixo investimento. Carlos Augusto concordou, acrescentando que reformas também vem sendo necessárias, o que exige que haja empresas habilitadas em condições de prestar um bom serviço etc. Ademais, há a avaliação da sociedade civil, via Observatório Social que também fiscaliza esses procedimentos, entre outros elementos próprios do sistema de contratação público. Segundo o Secretário de Fazenda, o baixo percentual em questão não tem impacto regulatório, mas tem

um impacto social, visto que alguma coisa deixou de ser feita. Ele também citou outros problemas que podem ter atrasado o cronograma da Secretaria Municipal de Educação, como o contrato com os vigilantes. Com a palavra, a Presidente desta Casa, com dos dados o primeiro quadrimestre do ano passado em mãos, comentou que iria verificar se a fala do vereador Flávio Mantovani poderia fazer sentido, visto que o período é um quadrimestre em que a arrecadação é muito maior porcentualmente. A apresentação de slides seguiu, quando a vereadora Majô comentou que o destacado por Flávio Mantovani estava correto e se aplicava à realidade de anos anteriores. No primeiro quadrimestre de 2024, dos 25% exigidos para a Educação, o aplicado foi 14%. Mais uma vez, o senhor Adriano deu prosseguimento à apresentação dos dados aos vereadores, quando o Secretário destacou que pode-se ver com clareza a dívida caindo e um caixa subindo, o que é muito positivo, pois foram resultados de medidas de austeridade para gerar efeitos financeiros para a Prefeitura. Assim, de 32 milhões para 330 significa 10 vezes mais de resultado financeiro. Ele lembrou, no entanto, que não é sustentável manter os dados assim, visto que há muito para realizar. Ainda assim, destacou a importância de uma gestão disciplinada e que questiona todos e quaisquer gastos que tenham porventura uma representação albitante para o município. O Secretário frisou que é importante entender que esse é o modelo onde a gestão se comprometeu a não crescer dívida, e que as linhas existentes são as linhas utilizáveis; os projetos existentes são os projetos que estão sendo realizados. Portanto, ele afirmou que nada faltou a Secretaria alguma até agora, mesmo existindo uma série de deficiências no desenho do orçamento original e com o caixa pequeno que a nova gestão recebera em janeiro. Dessa forma, o Secretário quis frisar que, a partir desta ponto de partida não tão favorável, a Administração deseja chegar ao final do ano com a capacidade de investimento da cidade recuperada, visto que isto é necessário para recuperar qualquer projeto político. Em seguida, o senhor Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal, Adriano Correia da Silva, continuou a apresentação de *slides*, até sua finalização. Com a palavra, Odair Foguetiro solicitou que os vereadores interessados se inscrevessem a fim de explanar seus questionamentos ao Secretário Municipal de Fazenda. A primeira a se manifestar foi a Presidente desta Casa, que alertou que, sem saúde fiscal, não existe saúde, educação, esporte e lazer. Portanto, ela destacou que é importante que o Município tenha qualidade fiscal e superávit equilibrado, com os recursos públicos aplicados adequadamente para que possam ser garantidas as políticas públicas básicas. Analisando as receitas próprias do primeiro quadrimestre, Majô Capdeboscq demonstrou preocupação, pois foi oferecida uma forma de flexibilizar o pagamento do IPTU, com o intuito de aumentar a arrecadação desse imposto tão importante para as contas do município. No entanto, em comparação ao ano passado, a arrecadação não aumentou, significando uma possível recessão essa reessão. Sendo assim, perguntou como a Prefeitura Municipal se organizará para os meses subsequentes com esse cenário. Ademais, a respeito do ICMS, ela comentou que Maringá está em sétimo lugar de arrecadação entre os municípios do Paraná, sendo a terceira cidade do estado, Em seu ponto de vista, é necessário garantir que ocorram os repasses adequados do ICMS, considerando também a reforma tributária. Aproveitou o momento para convidar os presentes para a Sessão Ordinária do dia 5 de junho, na qual seria abordado este tema. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda informou que ocorreram alguns fenômenos para tal resultado. Historicamente, a primeira parcela do IPTU sempre foi em janeiro, cujo desconto é maior (10%), mas neste ano, houve transferência para fevereiro; a segunda, passou para março. Ele explicou que, ainda que isso tenha sido uma tentativa de alívio para as contas iniciais (matrículas escolares, IPVA), houve aumento da taxa de juros e da inflação, bem como retração de consumo (observa-se no encolhimento do ICMS) e o endividamento das pessoas. Segundo Carlos Augusto, havia impunidade para os devedores de IPTU, por exemplo. No entanto, vem ocorrendo mudanças no CNJ e no STF, e a Prefeitura está trabalhando intensamente para conscientizar o contribuinte de que ele não pode mais deixar de pagar a dívida. Em multas de veículos, acumulados, há mais de 140 milhões de reais, e parte disso pertence ao município de Maringá, ainda que não haja atividade ativa de cobrança, segundo ele. O Secretário comentou que é importante mudar o modelo de entendimento e fazer com que o município compareça a ajustar as suas dívidas. Quanto ao ISS, a grande preocupação é a sonegação, por isso a Prefeitura Municipal estabeleceu três convênios: do CADIM, da Receita Federal e do DINP. Essa nova atividade gerou, apenas nesse trimestre, 46.000 correspondências convidando o contribuinte para conversar com a gestão, e já foram arrecadados 33 milhões de reais; e nas últimas semanas, mais 4 milhões de reais. Parte dos valores vai para a fonte 1000, de forma que a Prefeitura precisa buscar o dinheiro que pertence ao município, já que é importante a entrega de benefício àquele que não sonega. Com a palavra, Uilian da Farmácia perguntou por que a aplicação em saúde ficou tão próxima do mínimo de 15%, mesmo com superávit orçamentário e aumento nas transferências do SUS, enquanto outras áreas tiveram melhor desempenho percentual. Indagou se já havia um planejamento para que esse números fossem elevados e fosse dada

uma resposta à população que vem sofrendo com os atendimentos nas unidades de saúde. O Secretário respondeu que não poderia responder em nome da Secretaria Municipal de Saúde, lembrando que em breve ocorreria um evento de prestação de contas da Saúde com a presença do Secretário responsável. Com a palavra, Ana Lúcia lembrou que cabe aos vereadores fiscalizar todo o processo de execução do orçamento. Para ela, existe uma preocupação muito grande com servidor público, visto que tudo o que é realizado, a nível executivo ou legislativo, deve servir ao bem das pessoas e ao cumprimento dos direitos constitucionais. Assim, considerando o superavit de 222 milhões de reais, as muitas demandas de todas as áreas, incluindo a área de Educação com a falta de servidores, e o patamar de 45% do limite com pessoal (aquém do limite de alerta prudencial), a vereadora perguntou se haverá contratações e eventual correção dos salários. Aproveitou para indagar acerca do projeto de lei cujo tema são as trinta horas da enfermagem. Sobre os recursos aplicados em educação, havendo relatos de falta de elementos básicos, Ana Lúcia comentou que há recurso, porém não há execução deste por parte do gestor. Perguntou se houve contratação do novo sistema de alfabetização e se todas as obras em andamento desde a última gestão estão sendo continuadas. Sobre a reforma tributária, a vereadora disse que, apesar da preocupação da atual gestão, o superavit primário é de 300 milhões, inclusive superior à meta que está posta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sendo assim, indagou se havia previsão de revisão das metas fiscais municipais e se o Secretário já tinha uma posição sobre a reforma tributária e um estudo fidedigno a partir de dados, e não somente de interpretações. Adicionalmente perguntou acerca do valor de arrecadação da outorga onerosa e da Cosip, além do valor já repassado ao consórcio Luz de Maringá. Por fim, questionou qual era o valor das despesas de locação de imóveis para os serviços públicos. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda esclareceu que o índice de 45,6% da receita corrente líquida (limite com pessoal) não computou, durante os 4 meses, o reajuste dos servidores. Portanto, ao longo do ano, esse índice vai mudar substancialmente porque serão incorporados os custos que vieram de reajuste da Convenção Coletiva de Trabalho e também do reajuste do Vale Alimentação, segundo ele. Lembrou ainda que o coeficiente previdenciário é computado nesse valor, portanto, a previdência é um fator redutor de crescimento de salário do servidor ativo, comentando que talvez seja o momento de se falar em reforma. Já acerca do superavit de 222 milhões de reais, ele destacou que foram contingenciados 80 milhões, e isso ocorreu por haver grau de incerteza de arrecadação dos próximos quadrimestres, sem o efeito IPTU. Carlos Augusto comentou que, ao se deparar com: FPM, ICMS e ISS abaixo do esperado e uma peça orçamentária de 3,2 bilhões de reais, não se pode cometer a impropriedade de liberar alguma coisa que não há certeza de que se pode gastar. Sobre os servidores, ele disse que reter é ainda mais importante que contratar, por isso, é importante avaliar a carreira do servidor. Aproveitou para comentar que, se aprovada a isenção de imposto de renda para os que auferem até cinco mil reais, Maringá vai perder perto de 80 milhões de reais de arrecadação, já que o imposto de renda retido na fonte, que é feito na folha de pagamento, fica no município. Assim, toda essa soma de elementos e incerteza deve levar a gestão a refletir se o aumento de quadro, que é algo definitivo, deva ser feito e em que momento. Quanto às obras, ele informou que todas as obras empenhadas de 2024 para 2025 estão em plena execução, cada qual com o seu cronograma e com as suas dotações orçamentárias. Sobre as demais perguntas, Carlos Augusto disse que ficava à disposição da vereadora para recebê-la na Secretaria Municipal de Fazenda para que pudessem se debruçar sobre os números. Acrescentou que foi fechada uma conta 1000 no quadrimestre de 140 milhões de reais com uma que foi recebida de R\$ 40 milhões de reais em dezembro sem aumento de endividamento. Segundo ele, para conseguir três vezes mais do que foi recebido, foi necessário trabalhar intensamente com disciplina, foco e austeridade. Com a palavra, Odair Fogueteiro, sobre o REFIS, comentou que, caso o projeto fosse votado nesta Casa, atenderia a demanda de milhares de contribuintes no município. Assim indagou se os munícipes que estão em débito com o município estão recebendo alguma notificação. O Secretário respondeu que estavam recebendo as notificações e que dia 18 de maio findou o prazo para que os devedores de dívida ativa não ajuizadas procurassem o Paço Municipal ou a Secretaria Municipal de Fazenda para fazer a composição de dívida. Assim, se inicia a segunda fase do projeto, obedecendo a determinação do CNJ e do STF, que é a inserção desses devedores Serviço de Proteção ao Crédito, cujo processo vem sendo conduzido pela Procuradoria. Ele explicou que a dívida ativa é uma atividade da Procuradoria e que a Fazenda funcionou na implementação, além de ter sido firmada uma parceria com o Banco do Brasil e telemarketing ativo para fazer o contato com esses contribuintes. Carlos Augusto informou que já foram 46.000 cartas enviadas no primeiro quadrimestre aos que não estão em dívida ativa, e há 12.000 devedores. Entre devedores e imóveis, são mais de 20.000. Segundo ele, o IPTU é 22% desse total e são 272 milhões de reais no total. Com a palavra, Giselli Bianchini destacou o alto número de impostos no Brasil, investidores saindo do Brasil e a queda do valor do real, que vêm impactando diretamente os

empreendedores. Sendo assim, relatou ter sido procurada por munícipes que a questionaram acerca do REFIS. Sobre a resolução do Conselho Nacional de Justiça e do STF, citada pelo Secretário, a vereadora disse que é uma medida, de certa forma, corcitiva e que vai prejudicar ainda mais os empresários os comerciantes de Maringá e de todo o Brasil. Sobre a reforma tributária, cujos efeitos irão se iniciar em 2026 e que vão impactar diretamente cidade em relação à arrecadação dos impostos, indagou se havia alguma previsão acerca dos resultados. Em resposta, o Secretário Municipal concordou que deve haver sensibilidade com aquele contribuinte devedor, mas também não se pode negligenciar aquele que está em dia, lembrando que cada caso tem sua particularidade. Ele informou que serão executadas medidas que farão o recebimento acontecer, e esclareceu não ser absolutamente contra nem a favor do REFIS. Destacou que é a favor de Maringá e do dinheiro que pertence ao município, e que todo o possível será feito para recebê-lo dentro da lei e com direito total ao contraditório. Com relação à reforma tributária, no dia 5 de junho, ele lembrou que a equipe da SEFAZ estaria presente nesta Casa para apresentar com toda a profundidade técnica o que foi feito desde o mês de fevereiro. Frisou também que Maringá é um dos primeiros municípios do Brasil a constituir uma comissão de reforma tributária, seguido de um treinamento feito pela Price Waterhouse Coopers, uma empresa global de 150 anos, tratando do tema detalhadamente. Ele explicou que toda e qualquer nota fiscal de serviço que tem destino fora de Maringá não vai ficar no Município. Também foi calculado qual é o pote da média do fundo de transição, que seria devidamente explicado aos vereadores no dia 5, como citado, segundo ele. O Secretário explicou que é preferível ser prudente com as contas, já que é importante que a qualidade de vida de Maringá se perpetue, seja fértil para investir. Portanto, convidou os vereadores e a sociedade organizada à proporem mudanças necessárias à nossa matriz econômica para trazer o equilíbrio para que a cidade não perca absolutamente nada. Para trabalhar num fundo de 50 a 60 anos, deve-se começar agora, para que seja deixado um legado às futuras gerações. Não havendo manifestações do público com a finalidade de encaminhar perguntas ao senhor Secretário, o Presidente da CFO agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 17 horas, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre de 2025, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2025** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no Site da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/audiencia/19>

ODAIR FOGUETEIRO

Presidente

UILIAN DA FARMÁCIA

Vice-Presidente

JUNIOR BRAVIN

Membro

PASTOR SANDRO

Membro

SIDNEI TELLES

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Junior Cesar de Oliveira Bravin, Vereador**, em 10/06/2025, às 10:30, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Oliveira Telles Filho, Vereador**, em 10/06/2025, às 10:31, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Uilian Moraes Segura, Vereador**, em 10/06/2025, às 12:26, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Marcos Campos Martins, Vereador**, em 11/06/2025, às 09:17, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Odair de Oliveira Lima, Vereador**, em 02/10/2025, às 11:55, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0391962** e o código CRC **BACBDF5A**.
